

## GOVERNO

# Pressão fiscal afeta programas sociais

Corte de recursos em iniciativas como Gás para Todos, seguro-desemprego e Pé-de-Meia, durante a aprovação do Orçamento, é um contraponto à administração do governo Lula, marcada por políticas voltadas para os mais vulneráveis

» FERNANDA STRICKLAND

**A**pesar do reiterado discurso do governo de que o combate à desigualdade é o eixo central do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o Orçamento de 2026 aprovado pelo Congresso revela um movimento que tem provocado desconforto até entre aliados: a redução de recursos destinados a programas sociais, que atinge diretamente a população de baixa renda. Benefícios previdenciários, seguro-desemprego, Pé-de-Meia e iniciativas como o Gás para Todos sofreram cortes ou contingenciamentos, reacendendo o debate sobre as prioridades do governo.

A justificativa do Palácio do Planalto passa, sobretudo, pela necessidade de cumprir o arcabouço fiscal, aprovado em 2023 como alternativa ao mecanismo de teto de gastos lançado pelo governo Michel Temer. A regra definida pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, limita o crescimento das despesas públicas e impõe ao Executivo o desafio de acomodar políticas sociais amplas em um cenário de arrecadação abaixo do esperado e de despesas obrigatórias em expansão, como a Previdência.

Os benefícios previdenciários, que atendem cerca de 40 milhões de brasileiros, concentram uma das maiores fatias do Orçamento. O crescimento vegetativo da folha — impulsorado pelo envelhecimento da população e pela vinculação ao salário mínimo — tem comprimido o espaço fiscal. Embora o governo evite falar em “corte” direto, há restrições operacionais e revisão de projeções que afetam a execução do gasto.

Situação semelhante ocorre com o seguro-desemprego, que alcança anualmente algo em torno de 8 milhões de trabalhadores formais. Com a desaceleração econômica em alguns setores e o aumento do desemprego em períodos específicos do ano, o programa voltou a pressionar o Orçamento, levando o governo a reduzir margens de expansão de R\$ 63,8 bilhões para R\$ 63,4 bilhões, adiando as liberações de recursos.

### Pé-de-Meia

Lançado como uma das vitrines sociais do terceiro mandato, o Pé-de-Meia foi desenhado para incentivar a permanência de estudantes de baixa renda no ensino médio, oferecendo depósitos periódicos vinculados à frequência e à conclusão dos estudos. O programa atende cerca de 3,9 milhões de estudantes do ensino médio público inscritos no CadÚnico.

No entanto, a execução orçamentária ficou abaixo do inicialmente anunciado, o que levou o Ministério da Educação a rever cronogramas e valores. O orçamento previsto pelo Executivo contava com, aproximadamente, R\$ 12 bilhões. Porém sofreu redução no Congresso, ficando em torno de R\$ 11,4 bilhões. Oficialmente, o governo afirma que o programa será mantido, mas reconhece que sua expansão plena dependerá da recuperação da arrecadação e do espaço fiscal nos próximos exercícios.

Reformulação do antigo Auxílio Gás, o Gás para Todos tem como objetivo subsidiar o botijão

### » Salário mínimo vai a R\$ 1.621

O governo publicou, ontem, no *Diário Oficial da União*, o decreto que estabelece o valor do salário mínimo que vai vigorar a partir de 1º de janeiro de 2026. Conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o próximo ano aprovada pelo Congresso, o salário mínimo passará dos atuais R\$ 1.518 para R\$ 1.621 em 2026, uma correção de 6,79%. De acordo com as regras em vigor, o valor do mínimo é atualizado pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado em 12 meses até novembro, mais o crescimento da economia brasileira dois anos antes, no caso 2024.



**Mesmo um governo com histórico e discurso fortemente orientados à política social enfrenta limites objetivos para expandir programas"**

**Vinicius do Carmo,**  
economista

para população de baixa renda. O programa atende a cerca de 5 milhões de famílias, número inferior ao universo potencial de beneficiários. Com recursos reduzidos, o alcance da política ficou aquém das expectativas iniciais, especialmente em um contexto de alta no custo de vida e impacto direto no orçamento doméstico dos mais pobres. O orçamento previsto pelo Executivo era de R\$ 5,1 bilhões, mas ficou em R\$ 4,7 bilhões. Já o Bolsa Família não foi impactado: ficou com R\$ 159,5 bilhões, sem alteração.

### Reordenamento

Nos bastidores, integrantes da equipe econômica argumentam que os ajustes não representam abandono das políticas sociais, mas, sim, um “reordenamento temporário” das contas públicas. O governo sustenta que, sem equilíbrio fiscal, programas sociais se tornam insustentáveis no médio prazo — um discurso que tenta conciliar responsabilidade fiscal e compromisso social, ainda que com efeitos imediatos sobre quem depende desses benefícios.

O relator do Orçamento no Congresso, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), afirmou que as alterações feitas no texto refletem uma “construção real do relatório”, e não pedidos pontuais do governo. Segundo ele, as mudanças aprovadas pelo Legislativo não devem comprometer a execução orçamentária ao longo do próximo exercício.

### Arrocho no orçamento

Saiba as mudanças orçamentárias que afetam programas sociais mantidos pelo governo Lula.

#### PÉ-DE-MEIA (incentivo à permanência de estudantes no ensino médio)

##### Público atendido:

■ Cerca de **3,9 milhões** de estudantes do ensino médio público inscritos no CadÚnico.

##### Orçamento previsto inicialmente:

■ Aproximadamente **R\$ 12 bilhões**.

##### Situação após ajustes:

■ O programa sofreu redução de dotação, ficando em torno de **R\$ 11,4 bilhões**, com execução condicionada à confirmação de receitas.

#### GÁS PARA TODOS (substituto do Auxílio Gás)

##### Público atendido:

■ Em torno de **5,5 milhões** de famílias de baixa renda.

##### Orçamento previsto inicialmente:

■ Cerca de **R\$ 5,1 bilhões**.

##### Situação após ajustes:

■ Houve contenção de recursos, com o orçamento estimado caindo para algo próximo de **R\$ 4,7 bilhões**, e possibilidade de atendimento escalonado ao longo do ano.

Fontes: Ministério do Planejamento e Orçamento, Tesouro Nacional, INSS, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Ministério do Trabalho e Emprego, IBGE, Ipea e o economista Vinícius do Carmo.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



**Lula durante lançamento do Pé-de-Meia, em março de 2024: governo é obrigado a rever projeções**

Bulhões reconheceu que houve redução em áreas sensíveis, como o programa Pé-de-Meia, ao mesmo tempo em que despesas previdenciárias seguiram em trajetória de crescimento.

O parlamentar ressaltou que os ajustes fazem parte do esforço do Legislativo para adequar o

#### SEGURO-DESEMPREGO

##### Público atendido:

■ Aproximadamente **8,5 milhões** de trabalhadores por ano.

##### Orçamento previsto inicialmente:

■ Em torno de **R\$ 63,8 bilhões**.

##### Situação após ajustes:

■ O programa passou por ajustes marginais, com orçamento próximo de **R\$ 63,4 bilhões**, refletindo contenção de despesas discricionárias.

#### BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (INSS)

##### Público atendido:

■ Cerca de **39 milhões** de beneficiários (aposentadorias, pensões e auxílios).

##### Orçamento previsto inicialmente:

■ Aproximadamente **R\$ 1.133,740 trilhão**.

##### Situação após ajustes:

■ Houve revisões técnicas e contenção no ritmo de crescimento, mas a despesa segue elevada e com pouca margem de corte efetivo, ficando em **1.127,583 trilhão**.

### Limitações estruturais

Especialistas ouvidos pelo *Correio* apontam que as restrições enfrentadas pelo governo vão além de decisões conjunturais. Refletem limitações estruturais das contas públicas. Para o sociólogo e economista Vinícius do Carmo, mesmo administrações com histórico de forte compromisso social operam hoje sob um grau elevado de pressão fiscal.

O analista lembra que as despesas obrigatórias já consomem quase a totalidade do Orçamento da União, reduzindo drasticamente a margem de manobra do Executivo. “O governo opera hoje sob uma pressão estrutural muito elevada para conter a expansão do gasto público. As despesas obrigatórias já consomem parcela próxima da totalidade do orçamento”, afirma. Na avaliação de Vinícius do Carmo, se esse cenário não for administrado, o país pode caminhar para um quadro de dominância fiscal, no qual a política econômica passa a ser ditada pela necessidade de financiar o endividamento.

O economista vê limites objetivos para a ampliação de programas sociais, ainda que o governo tenha discurso e trajetória associados à proteção social. “Mesmo um governo com histórico e discurso fortemente orientados à política social enfrenta limites objetivos para expandir programas”, ressaltou.

Dante dessas restrições, a principal estratégia adotada pelo Executivo tem sido buscar o aumento da arrecadação, com revisão de incentivos, benefícios fiscais e maior rigor na cobrança de tributos. No entanto, essa alternativa também encontra obstáculos relevantes.

De acordo com o economista, grande parte das receitas públicas é constitucionalmente vinculada, o que reduz a capacidade de direcionar novos recursos. “Isso reduz a capacidade do governo de direcionar novos recursos para programas sociais como Pé-de-Meia, Gás para Todos ou seguro-desemprego, explicando os ajustes recentes nessas políticas”, explicou.

### Transformação

A situação é ainda mais sensível no caso dos benefícios previdenciários, cuja pressão sobre o orçamento tem raízes estruturais profundas. Vinícius do Carmo chama atenção para a transformação acelerada do mercado de trabalho, marcada pelo crescimento do trabalho não subordinado e de ocupações informais, como motoristas de aplicativo. “Embora a taxa de desocupação seja baixa, a demanda por benefícios previdenciários segue elevada”, afirma.

Segundo ele, muitos trabalhadores que perdem vínculos formais acabam se recolocando fora do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sem contribuição regular para a Previdência. Esse movimento, frequentemente combinado com o acesso a benefícios assistenciais, amplia a pressão fiscal sobre o sistema. “Esse cenário sugere a necessidade de repensar o desenho institucional da Previdência e da assistência social, para adaptá-las a uma nova realidade do mundo do trabalho”, conclui. (FS)